ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA COBERTURA DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS POR COR/ETNIA

Souza, Cristiane Larissa Teixeira de[[1]](#footnote-1),

E-mail: a\_larigr@hotmail.com

Pampolha1, Cassia Caroline Cavalcante Gomes1,

Silva, Karine Viera dos Santos da1,

Bringel, Marileide Leite1,

Borges, William Dias[[2]](#footnote-2)

Introdução:No Brasil, o direito à saúde pleiteada pelos povos indígenas dialoga com diferentes marcos regulatórios, incluindo a Declaração de Alma-Ata, a qual propõe e valoriza a Atenção Primaria a Saúde (APS) como promotora de maior acesso e forma de minimizar as desigualdades em relação aos povos indígenas1. Diante de diversos ataques ocorridos no momento atual, os indígenas em abril de 2019, ocupam o planalto central em Brasília no acampamento “Terra Livre”, lutando pela preservação dos direitos indígenas e pela proteção de sua cultura e saberes e seus territórios. As políticas públicas indigenistas se referem ao conjunto de ações e atividades adotadas pelo estado em relação aos povos indígenas que habitam o território. Nesta lógica, saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento sustentável podem ser tratados como políticas setoriais no contexto indígena. Neste sentido, a lei Arouca (Lei n°. 9.836), de 1999,- que incluiu o capitulo V na lei orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS) – lei nº 8.080/90 – criou um subsistema de atenção diferenciado à saúde o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS). Portanto, essa lei constitui-se como principal dispositivo legal da saúde indígena2. A atenção à saúde dos povos indígenas vem sendo feito no Brasil pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) por meio da implantação de sistemas locais de saúde, denominados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)3. No inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas no Brasil, reafirmou-se em escala nacional a importância da desnutrição no perfil de saúde da criança indígena, o que já vinha sendo sinalizado por diversos levantamentos que enfocaram etnias específicas. Objetivo: Analisar cobertura dos dados epidemiológicos nutricionais por cor/raça. Métodos: Trata-se de estudo descritivo, retrospectivo, de abordagem quantitativa. Buscou-se relativizar a abrangência da cobertura em especial para povos indígenas no tange às informações sobre o estado nutricional dos indígenas usuários da atenção básica comparados aos outros grupos e a falta de registros em serviços como imunização, no período de 2003 a 2007, os dados foram coletados a partir do banco de dados do Sistema de Informação sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), disponível no Departamento de Informática do SUS (DATASUS). A coleta de dados foi realizada em Abril de 2019. Não foi necessária submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de um banco de dados públicos. Resultados: O estudo mostrou as dificuldades e limitações para se encontra registros ou informações básicas sobre saúde indígena, principalmente em relação à saúde das crianças indígenas que não possuíam registros no sistema do DATASUS. Houve falta de alimentação do sistema com base entre os óbitos infantis indígenas. Porém os únicos dados encontrados sobre a saúde indígena foram os de estado nutricional sendo comparados a outros grupos. No período de 2007 se teve os últimos registros no DATASUS do estado nutricional, o estado do Pará teve um total de 46.697 usuários acompanhados na atenção básica, deste total somente 100 foram indígenas, enquanto declarados amarelos foram 23.252, pardos 8.374, sem informações 8.052, brancos 4.846 e negros 2.073. Conclusão: Com a análise de dados observa-se que mesmo com alguns avanços na saúde indígena, ainda há muitas falhas pelo poder público em relação a estes povos, em especial na atenção básica, como as vacinas das crianças. Observou-se que no estado nutricional os indígenas são os com menor acompanhamento em relação a outros grupos. Desta feita, faz-se necessário trabalhar cada vez dar mais atenção ao nível primário de assistência à saúde dos povos indígenas e realizar atualizações anuais dos registros epidemiológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Nutricional; Povos Indígenas; Direitos indígenas.

REFERÊNCIAS

1 MENDES, A.M.; LEITE, M.S.; LANGDON, E.J.; GROSOTTI, M.; **O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil.** Revista Panam. Salud Pública. 2018. V. 184. N. 42.

2 MARTINS, A. L.; **Política de saúde indígena no Brasil: reflexões sobre o processo de implementação do subsistema de atenção à saúde indígena.** Dissertação (Mestrado). Escola nacional de saúde pública Sergio Arouca. ENSP. Brasília, 2013.

3GARNELO, L.; BRANDÃO, L.C.; LEVINO, A.; **Dimensões e potencialidades dos sistemas de informação geográfica na saúde indígena.** Revista Saúde Pública. 2005. V. 39. N. 4.

1. 1Acadêmicas do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Escola Superior Madre Celeste [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre. Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Escola Superior Madre Celeste. [↑](#footnote-ref-2)